

JOSUÉ MONTELLO

Presidente do Conselho Federal de Cultura

**QUATRO
DISCURSOS
EM
DEFESA DA CULTURA**

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

MEC — 1968

**Na cerimônia de Instalação do Conselho
Federal de Cultura**

Em 27 de fevereiro de 1967

O Conselho Federal de Cultura, que Vossa Excelência, Senhor Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, instala solenemente nesta data, poderia constituir uma benemerência do Poder político, na hora em que se encerra um ciclo histórico de Governo, se não fôsse, como de fato é, o pagamento de uma dívida em atraso, aceita nobremente por Vossa Excelência e resgatada agora de público, com o aplauso de toda a Nação.

Responsável por um dos setores culturais dêste Ministério, com a incumbência de zelar pelas relíquias patrimoniais de nossa História, cedo compreendi que as dificuldades de ordem administrativa por que passava a minha repartição, longe de constituírem um fenômeno restrito, que me cumpria resolver deixando o cargo, correspondia a um fenômeno geral, que só poderia ter solução no contexto de uma nova política em favor da cultura.

De que não andava em erro nesse diagnóstico, logo acumulei as provas. Sucessivas vezes, em aflitivos diálogos com o meu eminente amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atenuei muitas de minhas queixas, ao verificar que a sua situação era mais dramática do que a minha. Antigo diretor da Biblioteca Nacional, cotejei os meus problemas de ontem com os problemas de seu atual diretor, e vi que as tribulações de nosso único museu bibliográfico tinham-se tornado mais graves, a

despeito de todo o esforço construtivo do meu amigo e confrade Adonias Filho e de toda a boa vontade dos Ministros de Estado, na pasta da Educação e Cultura.

Nem sequer a antiga panacéia política do prestígio pessoal, que surtira tão bons efeitos no passado, teria agora o dom de atenuar angústias administrativas, que as circunstâncias só faziam acentuar.

A implantação do Conselho Federal de Educação, criado pela Lei de Diretrizes e Bases, fez sentir ainda mais a disparidade entre a educação e a cultura, no plano de uma política de Governo. Enquanto se equacionava a educação em termos federativos, levando em conta as peculiaridades regionais do País, não se dava à cultura o tratamento correspondente, embora a mesma Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 1.º, houvesse expressamente consignado, entre os fins de educação nacional, "a preservação e a expansão do patrimônio cultural".

O Conselho Nacional da Cultura, que então existia, e fôra criado em 1938, limitava-se ao tímido papel supletivo dos órgãos secundários, incapacitado de corresponder à sua ambiciosa denominação. Reduzido à modéstia de uma saleta, na imponência dêste Palácio da Cultura, dir-se-ia morar de favor na própria casa.

Coube ao Ministro Flávio Lacerda, no atual Governo, designar a Comissão que tive a honra de presidir e de que resultaram as sugestões objetivas para a reformulação da política de cultura do País, no quadro da realidade nacional.

A esta altura vem a propósito citar Machado de Assis, quando nos adverte, em certo trecho de um de seus romances, que, entre a mão e a espiga, há o muro do poeta.

O muro do poeta, neste caso em favor da cultura, não seria tão alto quanto o que separou, do seu texto inicial, por mais de quinze anos, o texto definitivo da Lei de Diretrizes e Bases, em favor da educação.

Lembro-me de que o Ministro Pedro Aleixo, preocupado com as aflições da Biblioteca Nacional e do Museu Histó-

rico, ensaiou soluções de emergência, em benefício de ambas as instituições, e que apenas em parte puderam ser executadas.

Ao Ministro Moniz de Aragão, que o sucedeu, caberia não apenas concluir o que fôra iniciado, ou continuado por seus antecessores, mas sobretudo dar à causa da cultura, com o decisivo apoio de Vossa Excelência, Senhor Presidente, o elenco de iniciativas legais que explicam a solenidade desta noite, com a instalação do Conselho Federal de Cultura.

Inspirado na idéia federativa, o novo órgão começa por levar em consideração, no panorama da cultura brasileira, a variedade regional consagrada pela federação política. Parte assim da peculiaridade local, numa Nação de dimensões continentais, para atingir a harmonia da unidade. Não há de impor uma política de cultura, ao saber das planificações abusivas, senão que há de recolher de cada região do País as inspirações, tendências e tradições que motivarão essa política, na ordenação de um Plano Nacional.

Para compor o novo Conselho, constituído de vinte e quatro membros, convocou Vossa Excelência, Senhor Presidente, vinte e três grandes figuras, altamente representativas da cultura brasileira, no campo das letras, das artes, das ciências humanas. A nenhuma se inquiriu de suas idéias políticas. Sômente militou na convocação o pensamento de organizar o Conselho Federal de Cultura com vistas à fiel execução de suas finalidades e atribuições.

Para isso, o Governo de Vossa Excelência o dotou, desde logo, com os recursos necessários ao início de seus trabalhos. Competirá ao próximo Governo ampliar êsses recursos para colocar a Nação em correspondência com o seu direito à cultura.

A cultura que o País amalgamou, em mais de quatro séculos de civilização, não pode constituir privilégio exclusivo de uma parte apenas de seu povo. No entanto, há milhões de brasileiros, a esta altura da vida nacional, que nascem, vivem e morrem sem saber o que é uma obra de arte.

Ano passado, ao defender as verbas de seu Ministério, na Assembléia Francesa, dizia André Malraux, Ministro da

Cultura: "Há duas maneiras de conceber a cultura: a soviética e a democrática. Ou seja: a cultura para todos e a cultura para cada um".

É essa cultura para cada um, respeitando pendores e volições individuais, que se harmoniza à tradição do Brasil como Nação democrática.

No entanto, o importante não é apenas reconhecer essa tendência nacional, na ordem do pensamento político: é criar condições para que ela se converta na própria realidade nacional.

O Conselho Federal de Cultura não terá atribuições de natureza executiva, senão em pequenos setores da competência que lhe foi traçada pelo Decreto-lei que o criou. Seu principal objetivo se concentra nestas duas linhas de ação: coordenar as atividades culturais do Ministério da Educação e Cultura e elaborar, juntamente com o Conselho Federal da Educação, o Plano Nacional da Cultura, proporcionando os recursos para os programas executivos que daí advierem.

É esse o entendimento do dispositivo legal que lhe deu poderes para formular a política cultural nacional, no limite de suas atribuições, compreendendo-se como política cultural o conjunto sistemático de providências a serem tomadas pelo poder público para a preservação, a expansão e a difusão da cultura, nos termos estabelecidos pelos artigos 171 e 173 da Constituição da República, os quais asseguram a liberdade às ciências, às letras e às artes, e consideram como dever do Estado o amparo à cultura.

Lembra-nos um mestre de filosofia que o que distingue o homem dos animais inferiores não é a inteligência — é a memória: "O homem — diz-nos Ortega y Gasset — mercê do seu poder de recordar, acumula o seu próprio passado, possui-o e aproveita-o. Não é nunca um primeiro homem: começa desde logo a existir sobre certa atitude do passado acumulado. Este é o único tesouro do homem, o seu privilégio e a sua marca".

Nessa linha de pensamento, o patrimônio histórico e artístico nacional é a memória de todas as gerações brasileiras,

dispersas no espaço e no tempo, e que nos cumpre guardar, preservar, e sobretudo reconhecer no seu exato valor cultural e cívico, de modo a poder transferi-lo sempre mais enriquecido, às novas gerações.

Daí a importância que se lhe conferiu, na ordenação das cogitações superiores do Conselho Federal de Cultura, com a instituição da Câmara especial que lhe foi destinada, ao lado das Câmaras que se ocuparão das letras, das artes e das ciências humanas.

Senhor Presidente:

Distinguido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Moniz de Aragão com o convite para falar nesta cerimônia, agradeço a Sua Excelência a honrosa incumbência que associa a simplicidade do meu nome à hora inaugural deste Conselho. É essa honra que me permite exprimir a Vossa Excelência o reconhecimento de quantos corresponderam à convocação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para compor o Conselho Federal de Cultura.

Cabe-nos agora a nós, membros deste Conselho, tudo fazer, em benefício da cultura do Brasil democrático, para honrar a confiança de Vossa Excelência.

**Na visita do Ministro da Educação e Cultura,
Deputado Tarso Dutra, ao Conselho Federal de
Cultura**

Em 19 de maio de 1967

A O agradecer a Vossa Excelência, Senhor Ministro Tarso Dutra, a honrosa visita com que distingue nesta oportunidade o Conselho Federal de Cultura, desvanço-me em acentuar que este Colegiado, nos seus dois meses de existência efetiva, embora ainda não de todo aparelhado para corresponder aos seus altos objetivos — já pode apresentar ao País uma soma apreciável de altos serviços, no campo das atribuições estabelecidas pelo decreto-lei que o criou.

Sei que Vossa Excelência recebe esta notícia como um fato auspicioso. Daí eu a ter colocado na abertura deste meu discurso.

Instalado pelo Chefe de Estado, a 27 de fevereiro último, o Conselho Federal de Cultura — contrariando os que esperavam de seus componentes um comportamento meramente acadêmico, na ordem das manifestações de aprêço e dos votos de congratulações — preparou em apenas três sessões o seu Regimento, promoveu a sua instalação, organizou o seu pequeno quadro de pessoal, e começou a trabalhar de modo objetivo, com a preocupação de acudir em defesa de um patrimônio ameaçado — a cultura brasileira.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, um pouco mais novo na Pasta que o Conselho Federal de Cultura no Ministério, tem visto a sua mesa de trabalho convertida em muro de lamentações dos órgãos responsáveis pela Cultura. A unanimidade da queixa evidencia a generalização do problema.

O Conselho Federal de Cultura pode agora dizer a Vossa Excelência, por meu intermédio, que a situação dramática, que nos pune e preocupa, tem realmente extensão nacional. E não é privativa dos órgãos deste Ministério: estende-se como enfermidade geral, e é objeto de denúncias veementes na imprensa e no Congresso. Diante do clamor, a Nação não poderia responder com a surdez da indiferença.

Coloco em mãos de Vossa Excelência, nesta hora de regozijo por sua presença, o douto Parecer do Conselheiro Afonso Arinos de Melo Franco, ilustre Presidente de nossa Comissão de Legislação e Normas, com a interpretação correta e sábia do decreto-lei que estabeleceu, no Governo Castello Branco, o custeio para o Plano Nacional de Cultura.

A homologação de Vossa Excelência a esse Parecer, com as repercussões imediatas que dêse ato advirão na ordem administrativa, colocará o Conselho Federal de Cultura no início de uma fecunda fase operacional, coadjuvando imediatamente a ação patriótica de Vossa Excelência na defesa do patrimônio cultural do País.

Já sabe Vossa Excelência como se encontram o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico, o Serviço Nacional de Teatro, a Diretoria do Patrimônio Histórico, o Instituto Nacional do Livro, a Campanha de Folclore, o Serviço de Radiodifusão Educativa, cada qual a expor a Vossa Excelência o seu quadro de dificuldades, na esperança de encontrar para elas a solução adequada.

Por seu lado, o Conselho Federal de Cultura começou a receber as lamentações regionais, tôdas elas a indicarem que, preocupados com a realidade educacional, igualmente angustiante e muito mais reivindicativa e polêmica, a cultura foi relegada a uma posição ancilar, conforme acentuou o meu eminente colega Conselheiro Gilberto Freyre.

A desconfiança do povo, Senhor Ministro, quanto à eficiência do Governo em acudir com urgência a esse estado de coisas, é de tal ordem que, não obstante tôdas as palavras emanadas deste Conselho, anunciando um plano de ação

eficaz em prol da cultura, ainda persistem lá fora as dúvidas quanto à eficácia e os meios de nossa atuação.

Vossa Excelência, com o ato de hoje, homologando o Parecer Afonso Arinos, habilitará este Conselho a dispor dos recursos com os quais começará a sua obra construtiva, no atual Governo.

Sou aqui acusado, Senhor Ministro, de não deixar em paz os meus companheiros, na frequência com que lhes estou a pedir que intensifiquem os seus esforços nos trabalhos de nosso Colegiado. Mas intimamente sei que interpreto a vontade de todos eles quando os convoco para as sessões de Câmaras e as sessões plenárias, abrindo escancaradamente a porta da sala de reuniões para que o público e a imprensa acompanhem nossos trabalhos.

Peço a Vossa Excelência que, na linha do prestígio pessoal e administrativo com que distingue hoje este Colegiado, seja autorizado o Conselho Federal de Cultura a preparar, com os recursos deste exercício, um Plano de Emergência para 1967 em favor da cultura e que será submetido, já no próximo mês, à aprovação de Vossa Excelência.

Esse Plano deverá atender prioritariamente às instituições de cultura deste Ministério, a fim de que comecemos nossa obra arrumando a própria casa. Somos de parecer que essas instituições, que constituíam elenco da Capital da República, devem reformular o seu raio de ação, para que possam atingir, sem sair da Guanabara, os pontos mais distantes do território brasileiro.

Em nome deste Conselho, estou-me dirigindo a cada um dos Estados da Federação, sugerindo que promovam a criação e implantação dos Conselhos Estaduais de Cultura, órgãos indispensáveis à montagem e ao funcionamento de um dispositivo nacional de defesa e estímulo da cultura.

Preocupa-nos também, Senhor Ministro, a modificação urgente de certa mentalidade rotineira, já amalgamada à tradição administrativa do País, quanto ao amparo e à manutenção das instituições de cultura. Todos os anos assistimos ao estender das mãos que se adiantam pelos vãos dos guichês,

em busca das subvenções e auxílios. Ninguém pergunta depois o que é que se faz com esse dinheiro público e que só pode ser dado em prol da cultura nacional.

Dir-se-ia que a cultura, por esse processo antigo, embolsa o seu montepio ou a sua pensão. Todos nós reconhecemos que é preciso acabar com isso. Não há razão de ser para tal benemerência, nos termos em que ela é feita. O Estado tem o dever de amparar a cultura, mas não em forma filantrópica ou caritativa. O que se impõe, e com urgência, é colocar a assistência do Estado na linha de um programa de cultura a ser executado. A subvenção há de existir em função de um plano de trabalho cultural.

Nesse sentido o Conselho Federal de Cultura está elaborando normas apropriadas que submeterá dentro em breve à aprovação de Vossa Excelência.

Ainda este ano, no início do segundo semestre, espero também fazer chegar às mãos de Vossa Excelência o calendário de cultura do Brasil para 1968, o que permitirá ao Governo, através de medidas oficiais adequadas, uma participação efetiva e oportuna nas efemérides da cultura nacional.

Não me quero alongar neste discurso, porque sei o quanto é escasso, para a soma de suas atribuições oficiais, o tempo de Vossa Excelência. Mas não desejo concluir sem afirmar ao Ministro de Estado que, como órgão normativo, consultivo e fiscalizador, o Conselho Federal de Cultura está perfeitamente compenetrado de suas altas responsabilidades perante a Nação. Vossa Excelência, Senhor Ministro Tarso Dutra, compreendeu, em boa hora, a relevância de suas obrigações, no setor que nos é próprio. E vai associar-nos à magnitude de seu programa, dando-nos os elementos para que esse programa, no campo da cultura, deixe de ser apenas um sonho de Governo, para se converter em esplêndida e benemérita realização nacional.

Na Inauguração do Plenário do Conselho Federal de Cultura

Em 5 de fevereiro de 1968

N O mês em que o Conselho Federal de Cultura comemora o primeiro aniversário de sua instalação solene, venho solicitar a Vossa Excelência, Senhor Ministro Tarso Dutra, a honra de inaugurar êste Plenário, que poderemos definir como o forum oficial da cultura brasileira neste Ministério.

Ao receber a incumbência de presidir o Conselho, no indeciso instante de sua origens, eu tinha bem vivas no meu espírito as altas responsabilidades que me eram confiadas. E por isso, unicamente por isso, repito, é que as aceitei.

Não posso deixar de reconhecer que o posto tem seu lado decorativo. Não foi por aí, porém, que êle me seduziu, e sim pelo que significava como desafio ao meu gôsto teimoso de construir.

Não me cabia apenas presidir o colegiado na sua rotina de trabalho: cabia-me criar essa rotina, definir-lhe os campos de ação, ir buscar os recursos para a sua implantação gradativa, vencer a resistência dos céticos e derrotistas, ordenar a sua secretaria, recrutar e orientar os seus funcionários, estabelecer uma disciplina burocrática, ter em mãos os recursos necessários para atender a tôdas as despesas do novo órgão, fazer publicar o nosso mensário e zelar por seu continuo aperfeiçoamento e regularidade, traçar as linhas essenciais do Plano Nacional de Cultura, aprimorar o diálogo construtivo e cordial entre o Ministro de Estado e o Conselho, resguardar as

boas relações entre a Presidência e os membros do Plenário — sem esquecer de cumprir as determinações daqui emandas no sentido de dar assistência a planos e instituições de cultura.

De início abrigados pela hospitalidade do Conselho Federal de Educação, cedo fomos obrigados a recordar a lição de física segundo a qual dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço — embora a fidalguia da acolhida tivesse a inspirá-la a fraternal amizade do Presidente Deolindo Couto.

Diz-me a consciência, Senhor Ministro, ao dar o balanço das atividades do Conselho Federal de Cultura, neste primeiro ano de trabalho, que fizemos mais do que era possível.

Esse mais teria de ser levado à conta de presunção, se não constituísse, como de fato constitui, a contribuição de Vossa Excelência, Senhor Ministro Tarso Dutra, e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, na compreensão superior, inadiável e correta do órgão que me orgulho de presidir.

Graças a essa compreensão, pôde o Conselho evoluir, mais depressa do que se presumia, do texto de um decreto-lei, para a realidade objetiva deste Plenário.

Já houve quem dissesse, numa murmuração de corredor, que as instalações do Conselho Federal de Cultura deveriam ser mais simples. Eu poderia responder que, tendo vivido durante bom tempo a sua pobreza franciscana neste Palácio que tem seu nome, a cultura já fazia jus a uma reparação. Entretanto, não é bem isso que eu quero dizer.

Circunscrito a este pequeno espaço, o Plenário do Conselho tinha de ser acomodado, de modo condigno e funcional, na sua exígua geografia. Foi o que fiz. Na verdade, entretanto, sou aqui responsável apenas pelo desenho e pela arrumação.

Para erguer as paredes de madeira que delimitam esta área, bati à porta da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e ouvimos Lúcio Costa, por intermédio de seu Diretor. Também recorri à mesma Diretoria para providenciar as mesas deste recinto. Igualmente a ouvi no momen-

to em que deveria escolher, por um catálogo de móveis padronizados, as cadeiras que aqui se encontram.

No mais, apelei para os bons ofícios do nosso vizinho, o Diretor da Divisão do Material, e Sua Senhoria deu as providências legais indispensáveis à colocação do tapete, das cortinas e dos amplificadores de som. Também dele me vali para prover o Conselho do material burocrático necessário ao seu funcionamento.

Tudo isto foi feito, Senhores Conselheiros, sempre com a audiência do Senhor Ministro de Estado aqui presente, a quem solicitei, no devido tempo, a prévia autorização para as obras realizadas.

Cumpre-me aludir, de modo especial, a três diretores do Ministério a que o Conselho deve as contribuições que, na linha do que determinou a lei, permitiram o nosso primeiro programa de trabalho: o Professor Mascaro, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Dr. Lafayette Garcia, diretor do Ensino Comercial, e dr. Gildásio Amado, diretor do Ensino Secundário. Comandando a boa vontade desses companheiros, o Professor Edson Franco, Secretário Geral do Ministério, soube coordenar, com a sua juventude e o seu instinto de construir, as fontes de recursos em virtude dos quais o Conselho executou os seus primeiros programas em favor das instituições de cultura, no plano de uma política de convênios.

Agora, Senhor Ministro, permita Vossa Excelência que encareça uma solicitação que tive a honra de encaminhar ao Ministro de Estado em nome de meus companheiros.

A letra I, do artigo 2.º, do Decreto-lei que criou o Conselho Federal de Cultura, atribui a este órgão a incumbência de “informar sobre a situação das instituições particulares de caráter cultural, com vistas ao recebimento de subvenções do Governo Federal.”

O projeto de Decreto, que o Conselho elaborou sobre a matéria e passou às mãos de Vossa Excelência, é essencial à atuação deste Colegiado, na implantação nacional de um sistema de cultura.

Visa êsse projeto à regulamentação do mencionado artigo de lei. Com êle pretende o Conselho transferir, de um enquadramento filantrópico para um programa de cultura, as instituições culturais que o Poder Público ampara através dos recursos do Ministério da Educação.

Se não estou em êrro, sobem a quarenta milhões de cruzeiros novos as subvenções dessa natureza neste exercício.

A audiência do Conselho permitirá a Vossa Excelência a execução de um plano de caráter nacional, além de dar cumprimento ao que é um dever do Estado, segundo a letra da Constituição, e que hoje se dá através de vaga benemerência.

Êste ano deveremos iniciar a ampliação e reforma das instituições nacionais de cultura, para lhes dar uma efetiva irradiação nacional. Essa obra do Conselho Federal de Cultura não pode deixar de iniciar-se pela Biblioteca Nacional. E por duas razões: a primeira, a importância internacional da instituição; a segunda, ser o seu ilustre Diretor o Presidente da Câmara de Letras neste colegiado.

Nesse sentido já solicitei ao meu dileto companheiro e confrade de Academia, Adonias Filho, que dirigisse a Vossa Excelência o pedido de reforma da instituição que dirige, a fim de que o problema, encaminhado ao Conselho, tenha a audiência indispensável dos órgãos técnicos do Ministério, notadamente a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ficam a depender, assim, de nosso caro companheiro, e da concordância de Vossa Excelência, as providências normativas dêste Plenário.

De Vossa Excelência, Senhor Ministro Tarso Dutra, ouvi êste espontâneo compromisso, no início do presente exercício, e com êle duplamente me rejubilei: que as verbas previstas para o custeio do Plano Nacional de Cultura, de acôrdo com o que dispôs o Decreto-lei número 242, de 1967, serão fielmente respeitadas, à hora da aprovação de todos os planos de aplicação submetidos à aprovação de Vossa Excelência.

Isto nos dará oportunidade de drenar os recursos em favor da cultura, com a audiência do Conselho.

Em abril pretendemos realizar a 1.^a Reunião Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura, possivelmente na Capital da República. Tive o cuidado, na elaboração das instruções para êsse encontro, de lhe dar a necessária objetividade, como efetiva reunião de trabalho, a iniciar-se com a resposta objetiva do questionário que encaminhei aos Senhores Governadores de Estado e será levada àquela Reunião pelo representante dos Conselhos Estaduais.

Duas decisões capitais terão de ser tomadas, em consequência dessa reunião com os Conselhos Estaduais: a primeira, que os futuros Convênios de efeitos regionais serão elaborados com êsses colegiados; a segunda, que iremos partir para a implantação dos Conselhos Municipais de Cultura, obedecendo ao zoneamento cultural do País, já em estudos por êste Conselho.

Aos Conselhos Municipais de Cultura caberá a administração das Casas de Cultura que iremos ajudar a construir, gradativamente, por todo o País, à medida que se ampliarem os recursos à disposição dêste Conselho.

Essas casas de cultura, constituídas de bibliotecas, filмотecas, discotecas, sala de projeção e sala de exposições, serão abastecidas, em grande parte, pelas instituições nacionais de cultura, com a colaboração — disto estou certo, pelos oferecimentos que já me foram feitos — das Nações amigas que têm representação diplomática aqui sediada e que desejam aprimorar o seu diálogo cultural com o Brasil.

Dentro de poucos dias, irá Vossa Excelência a Caracas participar de uma reunião da Organização dos Estados Americanos. Ali serão debatidos oito projetos em benefício de instituições culturais brasileiras, apresentado por êste Conselho. É essa, creio eu, a primeira vez que projetos de cultura, oriundos de nosso País, serão apreciados em assembléia internacional, para efeito de financiamentos de interesse de nosso Continente.

Tenho recebido algumas queixas, Senhor Ministro, sobre a publicação das atas das reuniões plenárias do Conselho no seu mensário e não estou inclinado a concordar com

os críticos que me sugerem deixar de publicá-las, para ceder espaço a matéria de melhor interesse. Considero indispensável a publicação sistemática desses documentos. As atas constituem o espelho de nossos trabalhos. É necessário que o País, saiba, em qualquer tempo, por esse documentário, que o Conselho Federal de Cultura não se inspira em preocupações de ordem gratulatória ou acadêmica, senão que tem por escopo dar solução aos problemas da melhor assistência à cultura brasileira.

Há dias o meu jornal, o **Jornal do Brasil**, chamou a atenção do País, num de seus editoriais, para o problema da Casa de Portinari, na cidade natal do grande pintor. Já o assunto tinha sido trazido por mim a este Plenário. Antes do Conselho, dele cuidara a Diretoria do Patrimônio Histórico. Entendemos que o problema, antes de ter a nossa solução, deveria ser apreciado pelo Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, e para lá o encaminhamos. Estamos certos de que o grande Estado, por suas altas tradições culturais, não pode estar ausente nessa solução, porquanto se trata da glória de um de seus filhos mais ilustres.

A publicação da ata respectiva, no mensário do Conselho, constitui o testemunho de nossa atenção à glória de Portinari.

Pouco a pouco, Senhor Ministro, teremos de alargar a área ocupada pelo Conselho Federal de Cultura neste Palácio, à medida que se forem ampliando os nossos serviços de ordem técnica.

Em breve, pela implantação da Reforma Administrativa, não poderemos deixar de ter no Ministério uma Secretaria de Cultura, com atribuições de coordenação executiva que escapam à natureza do Conselho Federal de Cultura.

Não tenho dúvida de que as providências que estão sendo tomadas terminarão um dia por dotar o País com o seu Ministério da Cultura. Os que presumem ser prematura essa cogitação, ou não conhecem os problemas da pasta da Educação e Cultura, na sua extrema e crescente complexidade, ou não sabem o que a cultura, com a implantação de um

sistema próprio, poderá significar para o Brasil como Nação democrática.

Deixei para o fim, Senhor Ministro, a referência especial a um dos convidados desta cerimônia, o Reitor Raimundo Moniz de Aragão, aqui presente. Foi ele quem possibilitou, como Ministro de Estado, a formulação do Conselho Federal de Cultura, em termos de existência legal, e ainda tomou as providências de ordem administrativa que deram realidade ao colegiado. Se vivo fôsse, aqui estaria também, como nosso convidado, para ouvir também as palavras de nosso reconhecimento, o ex-Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, a quem devemos a criação do Conselho.

Senhor Ministro:

Não quero concluir sem deixar de dar conhecimento a este Plenário das palavras com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, manifestou o seu propósito de prestigiar este Conselho, em telegrama dirigido ao seu Presidente: "Apraz-me assegurar-lhe — afirmou Sua Excelência — que o Governo Federal acompanha com o máximo interesse as atividades dessa instituição à qual continuará a prestigiar concedendo-lhe todo o amparo".

A presença de Vossa Excelência, Senhor Ministro, nesta solenidade, obedece à linha desse apoio do Senhor Presidente da República.

Peço a Vossa Excelência que descerre neste momento a inscrição que assinala o ato de inauguração do Plenário do Conselho Federal de Cultura.

Na instalação da 1.^a Reunião Nacional dos
Conselhos de Cultura

QUANDO Vossa Excelência, Senhor Ministro, se preparava para assumir a direção da pasta, nos primeiros dias de março de 1967, tive oportunidade de expor ao meu eminente patricio as razões superiores que me haviam conduzido à Presidência do Conselho Federal de Cultura.

O novo órgão, instalado em fevereiro daquele ano pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, ainda era apenas um elenco de grandes nomes e uma vontade de implantar-se. Dispondo de acomodações precárias, reunia-se, de favor, na casa alheia, na condição de hóspede do Conselho Federal de Educação.

Como a Presidência do Conselho Federal de Cultura, nessa hora matinal, constituía um pôsto de lutas, reclamando dedicação exclusiva, aceitei a honrosa incumbência que me conferiam os meus companheiros.

Embora Machado de Assis já me houvesse advertido de que sempre devemos aceitar uma Presidência, condicionei-a, entretanto, neste caso, à fase de implantação do Conselho. Não me seduzia pròpriamente o realce do pôsto, e sim a importância dêle, na reformulação das relações entre o Estado e a cultura, em nosso País, e da qual resultaria uma nova realidade, com irradiação nacional.

Vossa Excelência, que, entre outras altas qualidades, tem esta de saber ouvir, deu-me a melhor atenção, assegurando-me todo o seu apôio, como Ministro da Educação e

Cultura, para que eu levasse a bom termo os objetivos dêste colegiado.

Renovo a Vossa Excelência, nesta oportunidade, por isso, os meus agradecimentos, e aqui mais uma vez proclamo e reconheço que, sem o amparo que me tem proporcionado, o Conselho Federal de Cultura não seria o que hoje é, a um passo de sua definitiva consolidação.

Quero agora dizer a Vossa Excelência o que é que pretende o Conselho para se consolidar definitivamente.

Entendemos que é preciso implantar no País um Sistema Nacional de Cultura, de que será ponto de partida esta 1.^a Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura.

Esse sistema não pretende criar cultura, o que seria abusivo e anti-democrático, mas criar condições instrumentais para a cultura livre, de acôrdo com a vocação essencial do Brasil na ordem política.

Nada se fez, até agora, para coordenar, em termos nacionais, os instrumentos de cultura. A própria ação do Instituto Nacional do Livro, no plano das bibliotecas, se ressentia de um defeito, que começa a ser corrigido — o da sua unilateralidade. É a União que se expande, tentando levar o livro por todos os Estados e Territórios, sem que essa expansão, nos trinta anos de sua experiência contínua, tenha atingido de modo satisfatório os seus objetivos fundamentais.

Há pouco dias o meu eminente colega Conselheiro Arthur Cesar Ferreira Reis fazia-me um apêlo em favor da Biblioteca Pública do Pará, recordando que essa velha casa de cultura, hoje abrigada nos baixos do prédio do Instituto Histórico em Belém, teve de abandonar às pressas a sua sede, antes que o telhado do prédio desabasse sobre ela.

Logo que assumi a Presidência do Conselho, procurei inteirar-me, de modo objetivo, da realidade do País, no que concerne às suas instituições de cultura, tanto oficiais quanto particulares. O **Diagnóstico da Cultura**, que um grupo de assessores do Presidente Costa e Silva havia elaborado, sob a direção de Umberto Peregrino, fixou-se apenas num aspecto dessa realidade, não a alcançando no seu todo.

No entanto, o Ministério da Educação e Cultura, que assiste presentemente a alguns milhares de instituições culturais, com uma despesa aproximada de quarenta milhões de cruzeiros novos — só em subvenções e auxílios — deveria estar inteirado dessa realidade.

A falta de dados objetivos, achei por bem, Senhor Ministro, convocar esta 1.^a Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, fazendo distribuir a cada Conselho e a cada Secretaria de Educação um questionário, que há de ser a etapa inaugural do levantamento que não pode mais tardar.

Era indispensável dar aos Conselhos Estaduais de Cultura, no seu primeiro diálogo conosco, a noção exata da linha normativa de nossos trabalhos, fixando os pontos básicos de uma ação coordenada, e que neste momento anuncio: primeiro, nada será deliberado, pelo Conselho Federal de Cultura, no âmbito regional, sem audiência do Conselho Estadual respectivo; segundo, os convênios em favor da cultura, nas áreas regionais, serão firmados através dos Conselhos Estaduais, por proposta do Conselho Federal de Cultura, que terá nesses Conselhos seu órgão de fiscalização local. Abrir-se-á exceção apenas para as instituições federais de cultura e as Universidades.

É essa, Senhor Ministro, uma resolução de magna importância, que espero em breve submeter à apreciação de Vossa Excelência e que me parece extremamente fecunda para o diálogo que hoje iniciamos com os Conselhos Estaduais.

Dêste encontro devemos partir para uma nova etapa: aquela que tenderá à gradativa implantação dos Conselhos Municipais de Cultura, através de gestões dos Conselhos Estaduais e com a assistência do Conselho que tenho a honra de presidir.

Para isto necessitamos conhecer a realidade municipal, no que se refere à cultura. Com êsse propósito, organizamos outro questionário, que está sendo distribuído neste momento a cada Conselho Estadual e que deverá ser remetido aos

Municípios para serem por eles respondidos e depois encaminhados ao Conselho Federal de Cultura.

Os dados daí decorrentes nos permitirão empreender o zoneamento cultural do País, como subsídio básico para uma destas duas providências: a complementação das instituições de cultura na sede do Município ou a implantação das Casas de Cultura.

Estas Casas de Cultura, de que tanto se tem falado, estão a pedir novamente uma explicação.

Não hão de ser elas as Casas de Cultura do porte e da imponência da que André Malraux inaugurou há poucos meses em Grenoble, e sim a integração das agências de cultura em pequenas unidades, de acordo com a densidade cultural da região. A biblioteca, a filmoteca, a discoteca, o pequeno museu, com a sua sala de exposições e a sua sala de projeção cinematográfica, comporão as casas de cultura, que deverão ser alojadas, de preferência, nos velhos prédios nobres da sede municipal.

Onde já houver biblioteca, criar-se-á o museu, depois a discoteca, e assim por diante, até que se complete, com a assistência da União, do Estado e do próprio Município, o sistema local de cultura.

Não tenho dúvida de que essas agências de cultura terão de imediato a assistência das Nações amigas com as quais mantemos relações diplomáticas. Criar-se-á com isto a capilaridade para a expansão da cultura, em termos de diálogo nacional e internacional.

Aos Conselhos Municipais de Cultura caberia supervisionar e ampliar as casas de cultura ou os órgãos municipais correspondentes.

E aqui, Senhor Ministro, desejo passar a uma outra linha do sistema que o Conselho Federal de Cultura pretende gradativamente criar para o País.

Quero-me referir à irradiação das instituições nacionais de cultura, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu Histórico Nacional.

Essas instituições, sediadas no Rio de Janeiro, deverão transformar-se em centros de uma rede de cultura.

No caso da Biblioteca Nacional, que é o nosso único museu bibliográfico, a irradiação se fará pela articulação com a biblioteca pública das capitais e com a biblioteca das Universidades. Através da publicação do seu catálogo e da ampliação moderna de seu serviço de reprografia, a Biblioteca Nacional imediatamente colocará todo o seu acervo ao alcance do País.

Há pouco dias, quando se verificou no Orçamento Plurianual, agora em tramitação no Senado da República, a omissão da verba que se destinaria ao Conselho Federal de Cultura, no capítulo de investimentos, tratei de apelar para Vossa Excelência, e Vossa Excelência, com seu alto espírito público e a sua modelar compreensão, declarou-me que faria do problema do Conselho o seu problema, na luta para resguardar, nos próximos exercícios, a obra que estamos realizando.

E ainda bem, Senhor Ministro, que, neste caso, eu poderia recorrer do Ministro da Educação e Cultura para o Presidente do Conselho Interamericano Cultural, que é também Vossa Excelência.

O novo título de Vossa Excelência, que o coloca na presidência de um colegiado constituído de todos os Ministros de Educação do Continente, não resultou de uma iniciativa governamental, perfeitamente justificável — adveio do reconhecimento unânime de seus pares, na conferência de Maracai, na Venezuela, tão profunda foi a impressão deixada ali por Vossa Excelência, no setor de trabalho que lhe coube dirigir.

E é o que me leva a dizer agora que Vossa Excelência, neste momento, é mais da cultura que da educação — como a autoridade mais elevada a que devemos recorrer no Continente para encontrar as soluções da cultura.

Em telegrama com que distinguiu o Conselho Federal de Cultura, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, afirmou “acompanhar com o máximo interesse” os nossos trabalhos, ao mes-

mo tempo que assegurou continuaria a prestigiar-nos, concedendo-nos todo o seu amparo.

Esta reunião, Senhor Ministro, vem na sua melhor hora — a hora em que se congregam os esforços para a implantação de um sistema nacional de cultura, a que não pode deixar de ser sensível o Congresso, com o apoio da Câmara e do Senado da República.

Os convênios que firmamos ano passado, através do Plano de Emergência aprovado por Vossa Excelência, deram tão altos resultados, que nos foi possível salvar a Biblioteca Nacional numa hora crítica, proporcionando-lhe os recursos para resguardar imediatamente o nosso mais rico patrimônio bibliográfico.

Agora, vamos iniciar o nosso diálogo com os companheiros dos Conselhos Estaduais.

Peço a Vossa Excelência, Senhor Ministro, que acolha estas palavras como a manifestação pública do nosso desejo de dar mais realce à obra desta geração e dêste Governo em favor da cultura.

Já disse aos meus eminentes colegas, e o recordei no início dêste discurso, que só permanecerei na Presidência do Conselho Federal de Cultura até à consolidação do novo órgão. Sinto que essa consolidação se aproxima. E desde já agradeço a Vossa Excelência o amparo que me deu para que eu não desapontasse os meus companheiros.

Não tenho dúvidas de que esta reunião com os Conselhos Estaduais constitui uma data na história dêste Ministério. A presença de Vossa Excelência corresponde à reafirmação de seu apoio a esta iniciativa, em nome do Governo do Marechal Arthur da Costa e Silva.

Poderemos resumir êste encontro como a primeira providência básica para desmarginalizar a cultura do País, nas suas relações com o Governo da República.

Gráfica T U P Y Ltda.

— Editôra —

Barão S. Felix, 42 - Rio

Telefone : 43 - 7494